

Auditores Públicos Externos em Defesa da Educação, Ciência, Pesquisa e Tecnologia

Diante do anúncio de cortes orçamentários na educação, pesquisa, ciência e tecnologia por parte do Ministério da Educação, o CEAPE-Sindicato vem a público prestar solidariedade à comunidade educacional. Utilizando-se de linguagem grosseira e desarrazoada o atual ministro da educação tem se dirigido às universidades públicas como local de “balbúrdia”. Ameaça extinguir cursos de sociologia e filosofia, campos de conhecimento basilares para os demais. Também expressa publicamente que aquelas instituições são marcadas por pessoas que andam “peladas”. Segue a linha de seu antecessor, que se referia às universidades públicas a espaços de “drogas” e “surubas”. Tais manifestações, dada a pobreza de conteúdo e o grau de desconexão com a realidade, dispensam maiores considerações. Contudo, se não decorrem de perturbações pessoais, expressam uma irresponsabilidade na condução das políticas públicas de educação.

As medidas anunciadas decorrem essencialmente da Emenda Constitucional nº 95/2016 que ataca diretamente os serviços prestados à sociedade. Tal medida já fora denunciada em diversas oportunidades pelo CEAPE-Sindicato por, em última instância, representar um mecanismo que prioriza a transferência de recursos públicos para o setor financeiro rentista. A emenda em questão penaliza a prestação do serviço público ao limitar equivocadamente o crescimento dos gastos primários ao IPCA. Tais gastos obedecem outra lógica distinta desse índice, custos que se alteram por fenômenos não captados pelo mesmo.

Os Auditores Públicos Externos dos Tribunais de Contas sabem a importância da educação, ciência e tecnologia. Significativa parcela desses profissionais é oriunda das universidades públicas, instituições que lideram os rankings de avaliação do ensino e pesquisa universitária. Seja em nível de graduação ou pós-graduação, as universidades públicas representam fatores de qualificação do controle e fiscalização do gasto público.

No âmbito do exercício de suas funções, os Auditores Públicos Externos estão envolvidos em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul para desenvolver um núcleo de avaliação de políticas públicas. O objetivo é aprimorar não só a fiscalização mas a prestação dos serviços públicos essenciais como um todo. Tal tarefa exige profissionais qualificados, pesquisadores envolvidos na vanguarda da ciência e pesquisa, congregando esforços, face a complexidade da vida em sociedade.

Na educação infantil, área que o Ministro também anunciou cortes severos, os Auditores Públicos Externos têm atuado para garantir programas como o ProInfância voltado a atingir metas educacionais associadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos pela Organização da Nações Unidas (ONU). Essa tem sido uma pauta institucional do conjunto dos Tribunais de Contas do país.

O CEAPE-Sindicato repudia a medida anunciada, orientada por impressões de cunho pessoal e nada republicanas. Renova a manifestação de solidariedade à comunidade educacional, elemento central para o desenvolvimento do país e construção de uma sociedade mais justa e igualitária.